

# QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE MIGRAÇÃO: DAS TEORIAS CLÁSSICAS AS PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS

Theoretical and methodological questions about migration: from classical theories to contemporary geographical perspectives

**Henrique Vasconcelos Santiago**

Universidade Federal de Alfenas

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3032-1990>

[henrique.santiago@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:henrique.santiago@sou.unifal-mg.edu.br)

**Flamarion Dutra Alves**

Universidade Federal de Alfenas

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

[flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br](mailto:flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br)

Artigo recebido em outubro/2025 e aceito em dezembro/2025

---

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a contribuição da geografia para os estudos migratórios, analisando algumas concepções teóricas que podem sustentar o debate sobre a migração sob o viés geográfico. Objetiva-se ainda a análise sobre os conceitos de território-rede, interações espaciais e mobilidade espacial pensando no contexto do século XXI e da expansão da globalização dos territórios. Esta expansão transformam e modificam os fixos e fluxos e os organizam em redes, além de se tornaram mais velozes, intensos e com novas rotas, consequentemente, há uma alteração em todas as escalas, diversificando e fortalecendo os fluxos migratórios e transformando os espaços em territórios-redes, e do cotidiano destes lugares que participam dos fluxos migratórios. Os fluxos e redes migratórios sempre estiveram presentes na transformação do espaço geográfico e dos territórios durante a história, sendo fundamentais para a construção da identidade territorial e social de determinado território, neste sentido, a partir do século XIX, com o desenvolvimento da globalização no espaço e nos territórios, e os processos de disseminação de informações, além da lógica da compressão do tempo e do espaço, criou-se a necessidade da criação de estudos voltados aos processos migratórios, surgindo quatro correntes distintas de estudos (teoria clássica; teoria neoclássica, teoria das redes sociais e teoria do sistema-mundo). Com a expansão e difusão da globalização e do meio-técnico-científico-informacional nos territórios, as redes migratórias se fortalecem, em um contexto de flexibilização das fronteiras políticas e de uma articulação dos fluxos populacionais em redes. Neste sentido, dos avanços tecnológicos, de transportes e de informações e da maleabilidade dos territórios-redes, que os fluxos migratórios se desenvolvem e intensificam se organizando através de fixos e fluxos que constituem redes no espaço geográficos, utilizando-se das interações espaciais e das mobilidades espaciais, modificando constantemente os fluxos de mercadorias, informações, capital, informações e de indivíduos.

**Palavras-chave:** Território-rede; Redes migratórias; Interações espaciais; Mobilidade espacial.

## ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the contribution of geography to migration studies, analyzing some theoretical conceptions that can sustain the debate on migration under geographical bias. It also aims to analyze the concepts of territory-network, spatial interactions and spatial mobility thinking in the context of the 21st century and the expansion of globalization of territories. This expansion transform and modify the fixed and flows and organize them in networks, besides becoming faster, intense and with new routes, consequently, there is a change in all scales, diversifying and strengthening the migratory flows and transforming the spaces in territories-networks, and the daily life of these places that participate in migratory flows. Migratory flows and networks have always been present in the transformation of geographical space and territories during history, being fundamental for the construction of territorial and social identity of a given territory, in this sense, from the nineteenth century onwards, with the development of globalization in space and territories, and the processes of dissemination of information, besides the logic of compression of time and space, created the need for the creation of studies focused on migration processes, emerging four distinct streams of studies (classical theory; neoclassical theory, social network theory and world-system theory). With the expansion and diffusion of globalization and the technical-scientific-informational environment in the territories, migratory networks are strengthened, in a context of flexibilization of political borders and an articulation of population flows in networks. In this sense, of technological advances, transport and information and the malleability of territories-networks, that migratory flows develop and intensify organizing themselves through fixed and flows that constitute networks in the geographical space, using spatial interactions and spatial mobilities, constantly changing the flows of goods, information, capital, information and individuals.

**Keywords:** Territory-network; Migratory networks; Spatial interactions; Spatial mobility.

## 1. INTRODUÇÃO

As reflexões teóricas sobre as migrações no espaço geográfico trazem inúmeras variações quanto as motivações das pessoas em sair de um lugar para outro. Com uma sociedade contemporânea mais globalizada e com interações espaciais mais dinâmicas, esses movimentos migratórios tendem a ter novas motivações, ampliações do alcance migratório, bem como impactar os territórios de forma diferente. Os movimentos populacionais se tornaram frequentes e comuns na história da humanidade, consequentemente, criando e recriando diversidades culturais, étnicas, de identificação e de produção do espaço em diferentes regiões do mundo (Gonçalves e Rocha, 2006).

A geografia é uma ciência que tem estudado os movimentos populacionais ao longo de sua história, e se apoia em outras bases teóricas como a demografia, sociologia, economia e ciência política para compreender os fenômenos espaciais da migração. Desde a formação da Mesopotâmia na Antiguidade, esta sociedade obteve sua formação e consolidação, entre diversos aspectos, sendo um deles os processos migratórios, povoada por diversos povos como babilônicos, arcádios e assírios. Outro exemplo, onde os fluxos migratórios auxiliaram na formação de civilizações ou que contribuíram para a reconfiguração histórica, cultural, social, política e do uso do espaço da mesma,

foi a civilização grega que teve em sua formação a participação de povos como os Eólios, Jônios, Dóricos e Arques (Campos e Rodrigues, 2017).

Com o avanço dos séculos e a formação dos Estados Modernos no século XV, se caracterizando pela unificação das monarquias, o ser humano, desenvolveu o senso e consciência de pertencimento a uma Nação (Marques, Berutti e Faria, 1989). A partir desse momento, com a ascensão dos Estados Nação, consequentemente, o nacionalismo e o sentimento de pertencimento a um determinado local se tornaram cada vez mais fortes, tornando a “imagem” dos migrantes como exóticos, desconhecidos, forasteiros, etc.

Após os processos de unificação dos Estados (principalmente na Europa) a figura do migrante e dos processos migratórios se tornaram foco de debate e curiosidade entre os acadêmicos, cientistas e a população de modo geral, criando-se assim, uma necessidade no aprofundamento dos estudos migratórios, onde os mesmos, segundo Cigolini e Souza (2021) classificam-se em quatro fases distintas, sendo elas: a teoria clássica; a teoria neoclássica; a teoria das redes sociais; teoria das redes migratórias; e teoria do sistema-mundo.

Desse modo, o objetivo deste artigo é discutir a contribuição da geografia para os estudos migratórios, analisando algumas concepções teóricas que podem sustentar o debate sobre a migração sob o viés geográfico. Objetiva-se ainda a análise sobre os conceitos de território-rede, interações espaciais e mobilidade espacial pensando no contexto do século XXI e da expansão da globalização dos territórios. Esta expansão transformam e modificam os fixos e fluxos e os organizam em redes, além de se tornarem mais velozes, intensos e com novas rotas, consequentemente, há uma alteração em todas as escalas, diversificando e fortalecendo os fluxos migratórios e transformando os espaços em territórios-redes, e do cotidiano destes lugares que participam dos fluxos migratórios.

## 2. DEBATES METODOLÓGICOS E CORRENTES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÕES

Os estudos migratórios tiveram sua gênese no século XIX, sendo debatida por geógrafos, sociólogos, filósofos, historiadores, entre outros, surgindo a teoria clássica, Marx (1840) é um exemplo, que interpretou as migrações como consequências da lógica de acumulação capitalista, em outras palavras, que a concentração de capital está vinculada à concentração humana, onde o autor denomina o fenômeno como “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Marx traz como exemplo a emigração irlandesa correlacionado com a queda na produção agrícola do país relacionando este fenômeno com o grande aumento populacional urbano inglês (Oliveira, 2014).

Outro pensador que deixou sua marca nos estudos migratórios foi Durkheim (década de 1890), que analisou a correlação entre os movimentos migratórios e o aumento populacional das cidades, além das consequências na divisão do trabalho e também na dissolução de comunidades tradicionais,

onde essas, se transformaram-se em sociedades orgânicas, havendo uma quebra nos valores comuns da época (Oliveira, 2014). Já Marx Weber (década de 1890), comprehendia as migrações (fator incidental) como capazes de produzirem novas classes sociais e diversidades étnicas em um território (Weber, 1981).

O geógrafo Ravenstein (entre 1885 e 1889) cria as chamadas “Leis das Migrações” que se caracterizava como um fenômeno que acontece por disparidades econômicas entre as localidades, onde os grandes centros industriais, comerciais e/ou urbanos são espaços de atração. O autor também analisou a relação entre a distância percorrida e o movimento migratório, que constituía na seguinte tese; quanto menor for a distância maiores serão os números de imigrantes e quanto maior for a distância menor será a quantidade de indivíduos (Ravenstein, 1889). Simmel (década de 1910) afirmou que os deslocamentos populacionais são fundamentais para a construção da realidade social contemporânea, e comparou as diferenças entre sociedades migrantes e sociedades “estáveis”, onde nas localidades marcadas pela migração eram capazes de desenvolver um espaço com novas interações sociais e organizações políticas (Simmel, 1979).

Park (décadas de 1910 e 1920) também da teoria clássica, trouxe para o debate a importância da integração de grupos migrantes. O autor explicita que quando um grupo migrante que apresenta uma cultura muito diferente dos indivíduos do país receptor encontra dificuldades nos processos de assimilação e aculturação. Em relação a teoria neoclássica temos pensadores como Lee (década de 1960), que caracterizava as migrações como qualquer mudança de residência permanente ou semipermanente, não levando em consideração as distâncias percorridas e de um espaço para outro, ou seja, as migrações como sendo qualquer mudança de habitação, sendo para outro país, Estado, continente ou até mesmo de bairro (Peixoto, 2004).

Sjaastad (década de 1960), afirmou a migração como uma forma de investimento, aumentando a produtividade dos recursos humanos, possuindo custos, porém que envolve retornos. Esta vertente econômica está ligada a ideia de investimento em capital humano, sendo este investimento fundamental para que os movimentos migratórios sejam sustentáveis e benéficos (Peixoto, 2004). Outro pensador neoclássico foi Portes (década de 1990), baseava seu pensamento através da sociologia econômica, entendendo que os migrantes se configuraram como integrantes de estruturas sociais, influenciando de forma direta, em sua mobilidade espacial, econômica e social, além de trazer debates sobre esses migrantes em relação a temas como centro-periferia e questões étnicas (Portes, 1997). Além de comentar sobre a diversidade de fluxos populacionais, onde esses não se concentram apenas em países com o capital desenvolvido, devido a impasses geográficos, econômicos, de trajetória, políticas, etc. onde os migrantes optam por países em que o desenvolvimento do capital ainda está em andamento.

A teoria das redes sociais se inicia na década de 1990, com pensadoras como Massey (década de 1990), onde segundo seus pensamentos, Cigolini e Souza, discutem a migração como:

Fez uma relação entre migrações e influência dos períodos coloniais, considerando que a forma como as migrações internacionais acontecerem está intimamente ligada com o passado colonial de uma dada região. Os movimentos são alimentados, principalmente, pelas reminiscências de afinidades culturais e linguísticas, bem como pelos transportes e comunicações, capazes de permitir a formação de específicos mercados transnacionais e sistemas culturais (Massey, 1997; Cigolini e Souza, 2021, p.191).

Outro pensador adepto a esta teoria foi Tilly (década de 1990), para o autor as migrações eram deslocamentos grupais, que se configuraram em redes de ligação. Essas redes têm como papel a manutenção dos fluxos migratórios (Tilly, 1990). Milton Santos, também contribui para a teoria das redes sociais, caracterizando a migração como um fenômeno chave para a compreensão das dinâmicas da globalização. Onde os fluxos migratórios criam alterações em escala local (econômicas ou culturais), desenvolvendo-se em redes, sendo o migrante a chave para a construção de um espaço transnacional globalizado (Santos, 2007).

Outro pensador desta teoria foi Sayad (década de 1990 e 2000), que segundo Cigolini e Souza, traz o pensamento migratório como:

os movimentos migratórios se estabelecem através da dupla ausência do migrante, que carrega consigo uma condição que deriva para uma dupla existência e, ao mesmo tempo, ausência. Quando sai de sua terra, o indivíduo não é mais um ator político local, porém a sociedade que o recebe também não o reconhece como tal. O autor nomeia tal condição como “estado duradouro com intenso sentimento de provisoriação” (Sayad, 1998; Cigolini e Souza, 2021, p.192).

Por fim, a teoria do sistema-mundo, defendida por Wallesrtein (décadas de 1970 e 1980), o autor considera o mundo dividido em três partidos (centro, semiperiferia e periferia), entendendo que as migrações internacionais estão vinculadas às estruturas do sistema de forma total, existindo assimetrias, principalmente, nos campos econômicos e sociais, gerando relações de dependências, onde essas dependências influenciam nos fluxos migratórios. Desse modo, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, as reflexões teóricas sobre as migrações apresentou diferentes concepções (Quadro 1).

**Quadro 1:** Diferenciação entre as correntes teóricas sobre migrações.

Teorias	Características	Decisão de migrar
Teoria Clássica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise das migrações relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo.</li> <li>- Observação dos processos migratórios através dos movimentos campo-cidade.</li> <li>- Análise da divisão do trabalho e seus impactos na migração.</li> <li>- Vista das disparidades econômicas entre as localidades.</li> <li>- Compreensão das transformações do espaço (lugar receptor e lugar de saída), advindas da migração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para os autores dessa corrente, os processos migratórios, ocorriam predominantemente, devido as transformações e reorganização do sistema capitalista, e consequentemente da divisão do trabalho.</li> </ul>
Teoria neoclássica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Migração como sendo qualquer mudança de residência.</li> <li>- Investimento em capital humano (ver se a migração vale a pena economicamente).</li> <li>- Análises da migração no âmbito social e econômico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos migratórios ocorrem quando no país receptor haverá melhores oportunidades econômicas e sociais, comparadas ao território de origem</li> </ul>
Teoria das redes sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos migratórios vinculados ao passado colonial dos países.</li> <li>- Migrações ocorrem em redes de ligação.</li> <li>- Desenvolvimento de redes.</li> <li>- Sistemas migratórios.</li> <li>- Coexistência do ser emigrante e imigrante em um só indivíduo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As migrações ocorrem com o desenvolvimento e fortalecimento de redes (sociais, migratórias, econômicas, etc.), influenciando na decisão de migrar do indivíduo.</li> </ul>
Teoria do sistema-mundo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mundo dividido em 3 (centro, periferia, semiperiferia).</li> <li>- Migrações internacionais vinculadas às estruturas do sistema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Se advém dos países periféricos para os centrais, devido ao excesso de mão de obra.</li> <li>- Pode ocorrer o fluxo contrário, onde se migra do centro para periferia, devido a falta de mão de obra qualificada nos países periféricos.</li> </ul>

**Fonte e organizações:** Autores.

Em especial a teoria das redes sociais se apresenta mais adequada para o debate migratório atual, sendo capaz de elucidar grande parte dos movimentos migratórios do século XX e XXI. Pois esta teoria, considera as configurações de um mundo cada vez mais globalizado e desenvolvido no meio-técnico-científico-informacional, confirmando que o desenvolvimento de fluxos migratórios e das redes migratórias, são advindas, primordialmente, pelo avanço tecnológico e capacidade de comunicação entre os indivíduos participantes desses fluxos. De modo geral, até os dias atuais, a confirmação de Ravenstein (1889), continua viva, onde a migração continua sendo um fenômeno complexo e amplo e carente de uma teoria geral que o consiga denominar estes processos migratórios.

### 3. CONCEITOS DE TERRITÓRIO-REDE E REDE MIGRATÓRIAS

#### 3.1. Território-Rede

A constituição de um território, pode ter várias definições, diversas fronteiras, apresentando vários significados aos indivíduos deste espaço ou até mesmos os que não pertencem a ele. Os territórios se caracterizam pela sua demarcação de certa porção de terra, sendo está delimitação feita na materialidade ou na imaterialidade, e também, pela produção do espaço geográfico, a partir, das relações sociais e movimentos no espaço. Raffestin (1993, p. 143) reflete sobre a temática o: “território se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Ou seja, o espaço social ou território é coberto por várias formas, estruturas e funções, sendo essas, geradoras de contradições e diversos níveis de interação, a partir, de uma dialética das forças econômicas, políticas e geográficas (Videira, 2005).

O território é constituído, através de uma construção histórica, consequentemente, social, onde as relações de poder (simbólico e concreto), são fundamentais para identidade do mesmo e da sociedade que o ocupa, além do espaço geográfico e físico que caracteriza determinado território (Haesbaert e Limonad, 1999). O território se reproduz e organiza os corpos presentes nele, de duas maneiras: histórico-cultural (subjetiva) e político-econômica (concreta).

Este território se apresenta como um movimento repetitivo, onde a questão de se territorializar “significa também, hoje, construir e/ ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Haesbaert, 2004). Já a rede, apresenta um duplo caráter desterritorializador e territorializador e não anula o território (Braga, 2010).

O território-rede se caracteriza por este caráter móvel do território, especialmente nos dias atuais, marcada pela evolução dos sistemas de comunicação e transporte, que conectam e se desconectam dos territórios (Braga, 2010). O território e suas interações espaciais, principalmente as sociais e migratórias, estão cada vez mais difundidas entre si, com o constante desenvolvimento da globalização. Essas interações espaciais se ampliam na sociedade contemporânea, tanto nas comunicações como nas circulações de pessoas e mercadorias (Corrêa, 1997). Essas interações espaciais formam territórios-rede, que se articulam como representações das memórias e vínculos sociais/espaciais que o indivíduo carrega de seu território de origem, no qual, é coberto de significados e simbolismos (Haesbaert, 2004). Consequentemente, ocorre o fenômeno dos múltiplos territórios, onde, os fluxos migratórios e de diáspora, ajudam a dispersar e fundir os processos culturais de diferentes territórios em um único ponto.

Em relação a conceituação do termo rede, no sentido do pensamento geográfico, Claude Raffestin, diz:

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (Raffestin, 1993, p. 204).

Sendo assim, as interações sócio-territoriais funcionam através das redes, fluxos e circuitos. A territorialidade deste espaço ocorre devido a redes de relações, onde a informação é feita e reproduzida. As redes, circuitos e fluxos adaptam as instituições e relações de um território, sendo assim, o poder organiza e reorganiza os espaços geográficos e suas interações espaciais (Videira, 2005). As redes, fluxos e circuitos transformam o território a todo momento, vinculadas ao capital e as relações de poder. As fronteiras dos territórios, atualmente se apresentam de forma mais flexível, devido a uma lógica que imprime ao espaço um caráter de intensos fluxos, onde o espaço das fronteiras bem demarcadas se torna um lugar de múltiplas conexões. A percepção de espaço e tempo se modificam em relação a agilidade dos movimentos, das informações, pessoas, etc. impostas pelo desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional, denominado por Harvey (1992) como a “compressão do tempo e do espaço”.

As redes se configuram e adaptam no espaço e no tempo, tendo sua forma inacabada, sendo assim, as redes migratórias se articulam entre os territórios do mundo. Com essa característica de adaptação e de flexibilização, os processos migratórios, põem em foco, os papéis dos Estados, instituições, e principalmente dos imigrantes, que reconfiguram e se territorializam em outros territórios. Dessa forma, as redes de migrações representam processos constantes de des-re-territorialização em territórios-redes, com as mais variadas finalidades e usos.

A rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos, enfim, do processo dialético que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização (Saquet Mondardo, 2008, p. 120).

Sendo assim, o movimento dialético do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) e as redes que formam diferentes territórios através das bases imateriais e materiais, que se organizam por meio de relações de poderes, originando a identidade de determinado território (Raffestin, 1993). As redes migratórias, se inserem nos processos de T-D-R e reconfiguram as dinâmicas e identidades dos territórios, modificando o espaço geográfico.

Para Santos (1996), os processos de mobilidade dentro dos territórios se dão através, não só dos indivíduos, mas também do capital, informações, imagens e ideias que mudam e circulam de lugar, podendo gerar desculturação, estranhamento e processos de T-D-R. Estes processos de desterritorialidades podem se apresentar em diversas esferas (econômicas, sociais, políticas e culturais), sendo mais frequentes durante períodos de crises (instabilidade econômica, desemprego, etc.), podendo ser na escala local e global.

Os processos de territorialização e desterritorialização geram um novo processo de formação de territorialidades ou de reterritorialização, que para Andrade (1994), produzem novas formas de domínio e de uso do território. Estas novas territorialidades e multiterritorialidades, se movimentam no espaço geográfico de várias formas, algumas visíveis e outras não. Neste sentido, os territórios se encontram cada vez mais diversos e complexos, acompanhados pelo fenômeno da globalização. Neste cenário o espaço se multilocaliza, diminuindo as distâncias e flexibilizando as fronteiras políticas e também o desenraizamento dos indivíduos e dos lugares (Videira, 2005).

A multiterritorialidade se constitui com algumas dimensões, sendo elas: a dimensão tecnológica, vinculada ao ciberespaço, e define a densidade informacional do espaço; a dimensão simbólica, relacionada aos processos de territorialização material e imaterial; a dimensão da imprevisibilidade, caracterizada pelos contatos em escala global em “tempo real” e; a dimensão do movimento, marcada pela construção de uma identidade no/com o movimento (Haesbaert, 2004).

Como síntese, o território-rede se configura como um espaço marcado pelo espaço em movimento e pela instituição de redes, fixos e fluxos no sentido material e imaterial do espaço geográfico. O território-rede também desenvolve fenômenos que produzem e reproduzem a construção dos espaços, como as T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) e as formações de multiterritorialidades.

### **3.2. Redes migratórias**

Nas redes migratórias, os indivíduos migram por diversos fatores (sociais, econômicos, políticos, etc.), porém esses fatores podem ser subdivididos em: migração desejada (por vontade própria) e migração forçada (refugiados).

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009, p. 40).

As redes migratórias são constituídas por um conjunto de fatores ligados entre si e pela/para a migração. No contexto da Geografia, migrar é um fenômeno espaço-temporal, que necessariamente envolve a mudança de residência sobre determinada distância e também por certo período de permanência (permanente ou temporário). Os fios condutores das redes migratórias são os próprios fluxos populacionais e, também podem ser as relações que facilitam as migrações, como as redes de solidariedade e as sociais, que influenciam diretamente nos fluxos migratórios. As migrações como fenômenos sociais, é necessário a percepção das redes como organizadoras, pois de modo geral, as

migrações tendem a conectar indivíduos e/ou grupos que apresentam algum vínculo em comum (como conterraneidade e parentesco).

A formação de redes é provavelmente o mais importante mecanismo estrutural causador da migração internacional. As redes migratórias são um complexo de laços interpessoais que conectam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e destino a partir de vínculos de parentesco, amizade e compartilhamento de uma origem comum (Massey, 1988, p. 396, tradução do autor).

Neste contexto, as redes vinculadas às relações e trocas de informações são determinantes na decisão de migrar. O movimento de se deslocar de um território para outro traz consigo um “ritual” de separação do local de origem para a incorporação de novos valores, normas e regras, porém este “ritual” não desapropria o indivíduo do lugar de origem, onde os costumes conhecidos se tornam referência nas práticas cotidianas do imigrante no território novo. (Santos, 2018). Um dos fatores principais que promove as redes migratórias são os processos de difusão de informações, sendo essas fundamentais para os migrantes, pois diminui a redução dos graus de incerteza, ou seja, os indivíduos têm uma noção de como é o lugar de destino, das condições de trabalho, do clima, do estilo de vida, da cultura etc. Rogers (1983) afirma que a informação é um mecanismo de redução de incertezas. As redes sociais provêm informações sobre os locais de destino e o trajeto percorrido, reduzindo os riscos da migração e atraindo os indivíduos. Neste sentido, Castells (2006), comenta a estruturação de uma sociedade pautada em redes:

Uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (Castells, 2006, p. 20).

As redes migratórias são fortificadas pela sociedade em redes, através da difusão e disponibilidade das informações feitas pelos indivíduos e instituições que estão inseridos em determinada rede migratória. Porém, não quer dizer que a rede social é o meio que ocorrem todas as migrações, pois existem migrações que ocorrem sem nenhum vínculo com outros indivíduos. Outro aspecto que influencia as pessoas a migrarem é o agenciamento ou recrutamento de migrantes, que envolve a disponibilização de informações sobre o local de origem e possíveis oportunidades de trabalho e em alguns casos a disponibilidade de moradia e financiamento (Campos, 2015).

Os indivíduos que participam das redes migratórias são, os próprios migrantes ou relacionado a pessoas envolvidas a eles, como ex-migrantes, familiares, agentes de turismo, coiotes, padres, policiais de fronteira, etc. Estas redes também podem apresentar infraestruturas, espaços e territórios que influenciam no trajeto, como empresas, aeroportos, rodoviárias, domicílios, cidades e países (Campos, 2015).

Cada movimento migratório apresenta suas singularidades e especificidades, devido ao complexo e dinâmico movimento das redes migratórias, que circulam no espaço e tempo, em momentos e territórios diferentes, além das características específicas dos povos que fazem parte destes processos e, consequentemente, os territórios de destino e suas relações com os imigrantes. Ao conectarem pessoas, as redes também conectam os lugares/territórios. As migrações, normalmente, apresentam espacialidades bem definidas em relação ao tempo e espaço, havendo sempre um local de origem e o outro de destino do migrante. Porém, vale ressaltar a importância de outras localidades (além das de origem e de destino). Um exemplo, seria a necessidade de um indivíduo em seu local de origem ter que se deslocar para outro município para retirada de um passaporte, visando o espaço de destino. Os indivíduos que estão inseridos em uma rede migratória necessitam frequentar outros espaços, se deslocando através de uma rede de transportes (estradas, aeroportos, etc.). O trajeto de um fluxo migratório pode ser ou não alterado durante o caminho, pois pode haver diversos obstáculos, como questões fronteiriças e de documentação

Os pontos de partida e de origem do migrante não se alteram pós migração, pois estes locais são os fixos no espaço geográfico, mesmo sendo os nós da rede (Campos, 2015), podendo ou não se repetir na história e futuro. As localidades de origem, de trajeto e de destino são os fixos, enquanto os movimentos dos indivíduos são os fluxos. Levando em conta, a complexidade e as singularidades de cada processo migratório, Denise Bomtempo, dá enfoque a questão econômica do sistema capitalista:

As migrações, no período atual são impulsionadas por questões políticas, culturais, ambientais e econômicas. Sendo que os fatores econômicos estão vinculados à estrutura desigual e combinada do sistema capitalista e por isso interferem, entre outros, no movimento de população (Bomtempo, 2019, p. 3).

A perspectiva migratória do ponto de vista econômico, está vinculada à dinâmica do mercado global, onde a migração é influenciada pela “conquista dos sonhos”. Para Bomtempo: “entendida como melhoria de condições de vida relacionada ao emprego, à moradia, ao consumo e ao lazer, que não está sendo possível de conquistar no lugar de origem” (Bomtempo, 2019, p. 3). Porém, não são os processos migratórios que explicam o mercado internacional do trabalho, e sim, este mercado que dita a migração de trabalhadores (Goettlert, 2010).

A migração como fenômeno pode ser entendida como mobilidade espacial da população. Este fenômeno funciona como uma ferramenta de deslocamento populacional, refletindo novas configurações nas relações entre os indivíduos (relações de produção) e ao mesmo tempo no ambiente material (Becker, 1999). Portanto, o tema das migrações está vinculado a dois conceitos: interações espaciais e mobilidade espacial, que são peças fundamentais para o desenvolvimento de fluxos e refluxos migratórios.

## 4. CONCEITOS DE INTERAÇÕES ESPACIAIS E MOBILIDADE ESPACIAL

### 4.1. Interações espaciais

O termo interações espaciais, em 1954 chama a atenção do geógrafo Edward Ullman, o mesmo empregou o termo para denominar a interdependência entre duas ou mais áreas geográficas distintas (Lévy; Lassault, 2003). Sendo estas áreas geográficas contingentes das palavras lugar, região, local, etc., ou sendo referidas como unidades-político-territoriais, estados, países, municípios, entre outros. Neste sentido, há diversas formas interdependentes de interações espaciais, alterando, consequentemente, as relações e fluxos entre duas ou mais localidades, como no de fluxos de migrantes, que provavelmente estimulará novos fluxos, comerciais ou de passageiro, de dinheiro, informações, refluxos em direção a terra natal, etc. (Johnston; Gregory; Smith, 1981).

Camagni (2005), considerava as interações espaciais como uma rede complexa de relações bidirecionais que se apresenta em vários níveis, decorrentes das atividades localizadas sobre o espaço físico. Para o autor, os fluxos de migrantes, de relações comerciais, de informações, parecem se organizarem por meio de campos gravitacionais sobre o espaço. Neste sentido, as interações espaciais são envoltas por campos gravitacionais, influenciando as atividades dentro de um território. Camagni destaca que existem desigualdades entre as localidades e em seu trajeto, influenciadas pelas relações de poder e do capitalismo entre as áreas (Catão, Reolon e Miyazaki, 2010).

As interações espaciais são definidas como configurações espaciais dos contatos sociais. Roberto Lobato Corrêa abordou o tema das interações espaciais, como:

as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar por meio de diversos meios e velocidade (Corrêa, 1997, p. 279).

No sentido, das características citadas, remete ao fato que as interações espaciais são marcadas por desigualdades e especificidades. Na história, um conjunto de variáveis influenciaram e irão influenciar nas relações e dinâmicas das interações espaciais. Em relação as desigualdades, sempre existirão enquanto existir o sistema capitalista, devido à falta ou abundância de meios de acumulação como capital, tecnologia e informação entre os indivíduos e territórios (Catão; Reolon; Miyazaki, 2010).

Para Corrêa “os diferentes fluxos que articulam os fios socialmente criados são caracterizados por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação” (Corrêa, 1997, p. 295). Portanto as interações espaciais podem se reconfigurarem de forma diferente entre as localidades, apresentando padrões espaciais, determinado por padrões hegemônicos, culturais, regionais e sociais. Os diferentes tipos de fluxos e

deslocamentos que constroem as interações espaciais não são fenômenos isolados, pois dependendo do deslocamento ou processo determinado, verifica-se uma rede de diferentes tipos de fluxos, “as interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si” (Corrêa, 1997, p.306).

Neste sentido, observamos que os fluxos, as localidades e suas consequentes redes, se apresentam de formas diferentes em meio ao espaço geográfico, muitas vezes sendo influenciados pelo sistema capitalista regendo seu poder de forma diferentes entre os espaços geográficos, entrelaçando as questões sociais, culturais, econômicas e políticas esses emaranhados de redes e fluxos apresentam-se em perfis diversificados e únicos.

#### **4.2. Mobilidade espacial**

Outro fato importante para o entendimento das migrações contemporâneas é a mobilidade espacial. Uma questão essencial é, que não existe mobilidade espacial, sem a presença do território ou territórios. O território está dentro do espaço e vice-versa, sendo o território um espaço marcado por relações sociais que estão vinculados as relações de poder. Segundo o pensamento de Raffestin (1993) “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p. 143). Em relação a produção territorial que induz a mobilidade, esta funciona através da comunicação entre os modos de produção e do espaço, focada na estruturação de redes, nós e malhas para o entendimento da construção territorial, esta construção se entrelaça as relações de poder e das redes de comunicação e circulação (Sousa, 2016).

Seguindo o raciocínio, as mobilidades espaciais, estão relacionadas a força de um coletivo/grupo em determinado território, fazendo o migrante e o Estado a criarem novas formas para a mobilidade social ou de territorialização, dependendo dos processos históricos e do capitalismo no território em questão, sendo favorável ou não para a condição dos migrantes.

Neste sentido o território é considerado zona (fronteira, limite e área), sendo o território uma rede (do espaço e tempo, fluidez, movimento e interconexão) e também é um aglomerado de exclusões (pobreza estrutural e desordem social). Com o crescente desenvolvimento da globalização, se destaca os processos de desterritorialização (político e econômico) e da reterritorialização (cultura e político) dos grupos sócias e de corporações em escala local/mundial, em um contexto de criação e fragmentação dos territórios, criando as multiterritorialidades dos fenômenos no espaço geográfico.

Em relação ao tempo e espaço, Saquet (2003) traz quatro possibilidades para se entender o território: 1) relações de poder; 2) redes de circulação e comunicação; 3) identidades culturais e simbólicas; 4) e a natureza exterior ao homem. Neste contexto, o território é produto e a condição da

articulação entre o tempo histórico e o atual. Outra questão é que o território engloba diversas dimensões (política, social, econômica e cultural), é por isso que o território se torna móvel, complexo e dinâmico, estando sempre em constante transformação devido a movimentação da sociedade, tempo e do espaço. A mobilidade no espaço está relacionada ao território-rede-técnica. Este espaço, em constante transformação, é construído através das relações sociais, do tempo-histórico, das artificialidades e das coexistências da totalidade do espaço (Sousa, 2016).

Estes sistemas se caracterizam pelo território, tendo em sua organização as relações sociais e técnicas, que se concentram e criam as formas espaciais das ações e dos objetos (mobilidades e movimentos), através do meio técnico-científico-informacional. Os sistemas de objetos, são os fixos (edifícios, prédios, empresas, etc.) que estão consolidados no território, a fim de intermediarem as relações sociais no espaço. Por outro lado, são objetos técnicos, tendo sua base na infraestrutura construída historicamente, como os transportes (rodovias, ferrovias, aeroportos, etc.), energia (hidrelétrica, nuclear, etc.), comunicações (telecomunicações) e de informação (internet, celulares, etc.). Estes objetos são enquadrados como fixos e fluxos territoriais, construídos, mediante processos históricos intencionais e contraditórios, ligados aos espaços geográficos, se distanciando pelos movimentos (bens imateriais e materiais), onde nos dias atuais, são caracterizados pela velocidade do capital e pela informação rápida, acelerando, consequentemente, os movimentos territoriais (Sousa, 2016).

Para Santos (2009), existem duas matrizes de redes, sendo elas: a) redes técnicas, são aquelas infraestruturas que nos permitem o transporte das matérias a pontos terminas e; b) as redes sociais, caracterizadas pelas pessoas, culturas, mensagens e valores. Ou seja, as redes são uma criação humana, a fim da melhor logística na circulação e na produção. Exemplificando o mundo globalizado, que vem alterando o espaço geográfico, influenciando na circulação e movimento dos lugares, dando foco para os fluxos e as inovações técnicas e de mercadorias. As grandes corporações em conjunto com os Estados, escolhem pontos/fixos, a fim da ampliação da reprodução do capital.

Em relação aos fluxos migratórios, os mesmos constroem e modificam os territórios. Os migrantes, criam percursos (movimento) e fixos/nós (orientação/informação rumo ao destino desejado) em busca de facilidades alfandegarias, segurança e melhores rotas (no caso imigrantes ilegais), já os migrantes considerados legalizados, buscam por oportunidades no mercado de trabalho do território de destino. Estas redes, de modo geral, têm como finalidade o companheirismo e a afetividade entre os indivíduos do processo migratório, vinculados aos objetos e as redes técnicas.

trazem a dimensão do território à rede social implica inserir a política, não só a institucional, mas a que se faz no espaço imediato/cotidiano da migração. Colocar o território no ponto nodal, significa sobretudo reconhecer que o movimento da população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao se territorializar, a migração torna-se uma questão

da sociedade e não só dos migrantes em sua invisível rede de solidariedade doméstica (Santos, 2005, p. 70).

As redes sociais e técnicas reproduzem e produzem novas interações espaciais, que criam as dinâmicas dos movimentos entre os territórios, seguindo a intensidade e complexidade de cada fluxo.

No contexto migratório, onde a maioria migra por questões econômicas, refletindo no mundo do trabalho, Gaudemar (1979) adverte, que nem toda mobilidade é sinônimo de migração, devido, que a mobilidade está relacionada (normalmente) a fluxos de mercadorias e capital (como a instalação de uma indústria em determinado território), podendo ou não gerar fluxos de pessoas. A migração, neste sentido, necessita do movimento/mobilidade territorial/espacial de indivíduos de uma localidade para outra, gerando, consequentemente, fenômenos de reterritorialização e desterritorialização.

A mobilidade voltada para o trabalho, segundo Gaudemar (1979), é compreendida pelos fluxos dos indivíduos (capital humano) e seus movimentos no espaço, sendo ao mesmo tempo, a mobilidade dos serviços (trabalho). Neste sentido, esta mobilidade humana, corresponde também, a mobilidade do capital através dos territórios e do tempo). Neste sentido, a mobilidade dos trabalhadores e do trabalho, são ao mesmo tempo, móveis (fluxos) e imóveis (fixos, local de trabalho), reconfigurando as formas de divisão social do trabalho e a circulação de indivíduos. Devemos pensar, além da migração como ponto de partida, trajetória e ponto de chegada, também analisar sua mobilidade dentro dos territórios.

Outra questão, é que a mobilidade espacial se difere da mobilidade social, porém as mesmas estão interligadas em quase todos os processos migratórios e de movimentação pelo espaço. Neste contexto, Pastore (1979) discursa que a mobilidade espacial pode levar à uma mobilidade social (na maioria dos casos), porém dependendo da situação econômica internacional, do local de destino, e do grau de especialização do imigrante de se inserir no mercado de trabalho, sendo a migração, um fenômeno que o migrante sempre tem em mente a melhoria da sua condição de vida, podendo ocorrer ou não.

Este tipo de mobilidade (migração), tornou-se um mecanismo para a expansão do capitalismo em relação as periferias do globo. Para Moreira (1978), a mobilidade do trabalho e a espacial, é determinante e determinada em relação ao processo de acumulação do capital, onde o sistema amplia a demanda de trabalho, e ao mesmo tempo, cria ofertas de trabalho que necessita. Neste sentido, a mobilidade se torna uma condição para a força de trabalho, e posteriormente, se torna mercadoria.

Para Becker (1999), a mobilidade do trabalho se estrutura em duas dimensões: a social (vertical) e a espacial (horizontal). Sendo assim, as estratégias do capitalismo visam a expansão da força de trabalho no espaço, se concentrando em pontos de interesses.

A força de trabalho deve ser, portanto, móvel, isto é, capaz de manter locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto para as deslocações e modificações do seu emprego (Gaudemar, 1977, p. 190).

Desta forma, a mobilidade da força de trabalho é percebida como determinada, por meio das necessidades capitalistas. Estas necessidades influenciam em como ocorrerá as transformações do espaço e dos movimentos pelos territórios (como a migração). A constante reprodução capitalista que procura cada vez mais novos mercados e o desenvolvimento dos processos produtivos, cria-se ao mesmo tempo, a necessidade cíclica de novos assalariados e o melhoramento das técnicas, gerando consequentemente, um exército de reserva de trabalhadores.

Nestas situações, a economia precisa de uma rápida transfusão de trabalho: uma reserva de força de trabalho para ser trazida quando necessária e liberada na medida em que a demanda diminui ou a mecanização prossegue (Peet, 1977, p. 115).

Seguindo o pensamento de Peet (1997), a porção excedente corresponde aos trabalhadores que podem ser atraídos ou repelidos para os setores modernos da economia. Onde está população, ocasionalmente, pode ser agregada ou não ao desenvolvimento ou a reconstrução dos processos produtivos. Estas constantes mudanças nos processos produtivos, são capazes de gerar grandes fluxos de mobilidades no território. De modo geral, os fenômenos da mobilidade apresentaram diversas funções em diferentes modos de produção durante a humanidade. Durante as sociedades primitivas, a mobilidade se apresentava como uma forma de sobrevivência, pois a necessidade do movimento, advinha da necessidade de encontrar lugares seguros, com alimentos, água e terras férteis. Já no mundo capitalista, a mobilidade é um dos meios da reprodução capitalista, mobilidade essa, que gera trabalhadores móveis e “livres”, a fim de manter a manutenção dos processos de acumulações, representando um índice da hegemonia do capital sobre os espaços (Becker, 1999).

Como consequência, haverá uma redistribuição da população (em decorrência das transformações no espaço geográfico e dos processos de acumulação). neste sentido, os fluxos migratórios se tornam uma importante ferramenta na produção da força de trabalho, pois podem agregar áreas em todas as escalas espaciais (local, regional, nacional, internacional), criando novas formas do capital se desenvolver. Para Becker (1999, p. 342): “migrantes são todos aqueles indivíduos que seguem os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariados, ou potencialmente assalariada”.

Em síntese, a mobilidade espacial, se produz e reproduz através das mobilidades entre os territórios e dentro de seus domínios, sendo as migrações um dos fenômenos que constroem o espaço geográfico atual, marcado por sua fluidez e pelo desenvolvimento de fixos e fluxos entre e fora dos territórios. As novas configurações da mobilidade espacial são moldadas pelas ações do capitalismo e na sua necessidade de reconstrução e evolução dos meios de produção.

## 5. CONCLUSÕES

Os processos migratórios e de mobilidade intra/inter os territórios foram e são processos constituintes das transformações do espaço geográfico, formando e modificando os territórios, a sociedade e o cotidiano dos espaços. Marcados pelos fluxos de pessoas, informações e culturas que interferem na organicidade dos territórios de origem, trajeto e de destino, imprimindo novas lógicas de se construir os territórios, em praticamente todas as esferas (culturais, econômicas, sociais, etc.).

Com o avanço da globalização no espaço e nos territórios, e os processos de disseminação de informações, além da lógica da compressão do tempo e do espaço explicitada por Harvey (1992), os fluxos migratórios se intensificaram, criando-se a necessidade de estudos voltados a estes fenômenos, que ocorrem dentro e fora dos territórios. Os estudos se iniciam de forma oficial no século XIX, surgindo variações ao longo dos séculos até os dias atuais. Porém, devido a diversidade e pluralidade destes fluxos e suas singularidades únicas, a padronização e a conceptualização destes fenômenos se tornar praticamente impossíveis. Para Ravenstein (1889) a migração como um fenômeno de ocorrência e, portanto, de impossível determinação, não havendo maneira precisa para descrever e o porquê as migrações ocorrem e, consequentemente, de sua origem, sendo a imprevisibilidade humana um conjunto de ações complexas para a tentativa de estipular padrões.

Devido a expansão do meio-técnico-científico-informacional e o advento da globalização que flexibiliza as fronteiras territoriais, a organização do espaço torna os locais em territórios-redes, que se caracterizam pela fluidez do espaço e dos movimentos, influenciando e facilitando as redes migratórias e sociais, apoiadas no avanço das tecnologias e das informações que flutuam no espaço material e imaterial. Tendo como consequência o aumento dos fluxos demográficos de saída e de entrada nos territórios, transformando as migrações em redes de contatos e de locomoção.

Neste contexto, as interações e mobilidades espaciais se apropriam da fluidez dos territórios, onde estes movimentos se intensificam, não apenas no sentido de fluxos populacionais, mas também de mercadorias, capital e de informações, intercambiando as trocas sócio-espaciais entre os territórios, se organizando em fixos e fluxos.

Em síntese, o avanço dos processos de globalização intensifica os fluxos migratórios, alterando a organicidade dos territórios-redes e das redes migratórias em escala global e local. Os processos migratórios são exemplos primordiais do avanço do meio-técnico-científico-informacional nos territórios, pois utilizam do avanço deste fenômeno para o fortalecimento dos fluxos demográficos, transformando os espaços em que se estabelecem, configurando-se em redes, fixos e fluxos no espaço.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 213-220.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas: Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOMTEMPO, D. C. D. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 39, p. 1-26, 2019.
- BRAGA, R. M. Território, rede e multiterritorialidade: Uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Revista Geografias**, v. 6, n. 2, p. 26-36, 2010.
- CAMAGNI, R. **Economía urbana**. Barcelona: Antonio Bosh Editor, 2005. 332p.
- CAMPOS, L. L. de; RODRIGUES, L. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura. **Albuquerque**, v. 3, n. 5, 2017.
- CAMPOS, M. B. de. A dimensão espacial das redes migratórias. **Redes**, v. 20, n. 3, p. 14-30, 2015.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. Belém: Imprensa Nacional, 2006. 439p.
- CATÃO, R. C.; REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Interações espaciais: uma reflexão temática. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 231-239, 2010.
- CIGOLINI, A. A.; SOUZA, M. V. L. de. Teorias migratórias e a realidade contemporânea dos movimentos migratórios. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 182-199, 2021.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- GAUDEMAR, P. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977. 156p.
- GOETTERT, J. D. Paradoxos do lugar mundo: brasileiro e identidades. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GONÇALVES, A. T. M.; ROCHA, L. M. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Org.). **As identidades no tempo: ensaio de gênero, etnia e religião**. Vitória: EDUFES, 2006.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O Território em Tempos de Globalização. **Geo UERJ**, v. 5, n. 7, 2020.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 2ed. São Paulo: Loyola, 1993. 352p.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. **The Dictionary of human geography.** Oxford: Blackwell, 1981. 1071p.

LÉVY, J; LUSSAULT, M (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie: et de l'espace des sociétés.** Paris: Belim, 2003. 1228p.

MASSEY, D. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

MARQUES, A.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. M. **História através de textos.** São Paulo: Contexto, 1989. 168p.

MOREIRA, I. T. **Nordeste: Terra de Arribação: um estudo de fatores determinantes do processo migratório no Nordeste.** 1978. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1978.

OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre migração.** Genebra: OIM, 2009. 92p.

OLIVEIRA, M. S. B. S. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, 2014.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiróz Editor, 1979. 217p.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro sociológicas. Lisboa: SOCIUS workingpapers, 2004. 36p.

PETT, R. Inequality and poverty: a marxist géographie theory. In: R. PEET (Org.). **Radical Geography: alternative viewpoints on contemporary social issues.** London: Methuen & Co. Ltd, 1978.

PORTES, A. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. **International Migration Review**, v. 31, n. 4, p. 799-825, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. 270p.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)**, Londres, v. 52, n. 02, p. 241-305, 1889.

ROGERS, E. **Diffusion of Innovations.** New York: The Free Press, 1983. 576p.

SANTOS, G. **Estado, redes sociais e fronteira:** a migração do sul catarinense para os Estados Unidos. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SANTOS, I. B. Redes migratórias enquanto mecanismos de apoio ao retorno no projeto migratório. **SCIAS Dir. Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 114-133, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009. 392p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 248p.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A Construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 118-127, 2008.

SIMMEL, G. Digressions sur l'étranger. In: GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (Orgs.). **L'Ecole de Chicago.** Naissance de l'écologie urbaine. Paris: ChampUrbain, 1979. p. 53-59.

SOUSA, A. A. de. Mobilidade e território: subsídios teórico-metodológicos para compreender a mobilidade populacional na geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 38, p. 113-127, 2018.

TILLY, C. Transplanted Networks. In: YANS-MCLAUGHLIN V. (Ed.). **Immigration Reconsidered.** Oxford: Oxford University Press. 1990. p. 79-95.

VIDEIRA, S. L. Território-rede: influência do tempo das coexistências. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 421-430, 2005.

WEBER, M. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.